

TRABALHO E JUSTIÇA SOCIAL

A QUESTÃO RACIAL E O NOVO CORONAVÍRUS NO BRASIL

Nilma Lino Gomes
Junho de 2020



O Brasil é um país diverso e profundamente desigual. Nos momentos de crise, as desigualdades estruturais históricas destacam-se ainda mais e afetam segmentos sociais e étnico-raciais que constroem as suas vidas em meio a injustiças e violências.



A pandemia do novo coronavírus tem sido um dos momentos em que o racismo e a desigualdade racial estão escancarados no Brasil e no mundo. Porém, como resultado da ambiguidade do racismo essa situação tem sido invisibilizada.



Lutar contra a crise do novo coronavírus, numa perspectiva antirracista, é lutar contra o racismo, o cinismo social, o capitalismo, o neoliberalismo e a necropolítica.

Índice

QUEM É MAIS AFETADO PELA CRISE DO NOVO CORONAVÍRUS NO BRASIL?	3
O QUE SIGNIFICA LUTAR CONTRA O NOVO CORONAVÍRUS NUMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA E DEMOCRÁTICA?	5
NOVOS ACONTECIMENTOS: PANDEMIA E PROTESTOS RACIAIS	6
FINALIZANDO	7
REFERÊNCIAS	7

Um olhar sobre o lugar da população negra em tempos de novo coronavírus revela a alta taxa de letalidade que recai sobre os pobres e, com maior contundência, sobre as pessoas negras (pretos e pardos) e pobres. Essa realidade não pode ser compreendida como uma simples coincidência da relação entre pobreza e raça. Ela é fruto de uma perversidade histórica e estrutural ativamente produzida que, no contexto de exacerbação do neoliberalismo e da crise sanitária, revela a imbricação entre raça, pobreza, saúde pública e Estado. O congelamento dos gastos públicos em saúde, educação e assistência contido na Emenda Constitucional 95/16, a chamada Lei do Teto de Gastos, é um terrível exemplo de como essa perversidade faz parte da atual política de Estado e se realiza por meio da necropolítica.

O Brasil é um país ao mesmo tempo diverso e profundamente desigual. Essa diversidade não é somente cultural e nem a desigualdade apenas socioeconômica. Ambas estão imbricadas historicamente e se explicitam ainda mais quando consideramos as questões de raça, gênero, idade e orientação sexual. Em momentos de crise, as desigualdades estruturais históricas destacam-se ainda mais e afetam segmentos sociais e étnico-raciais que constroem as suas vidas em meio a injustiças e violências.

Os números ajudam a demonstrar o imenso abismo de diferenças entre a população negra e a branca. Atualmente, os negros representam 55,8% da população brasileira e 54,9% da força de trabalho. Segundo o [informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#) pretos e pardos são maioria entre trabalhadores desocupados (64,2%) ou subutilizados (66,1%)¹. A informalidade também atinge mais esse contingente. Enquanto 34,6% de pessoas brancas encontram-se em condições informais de trabalho, a informalidade atinge 47,3% de pretos e pardos.

Esse cenário tem reflexos nos rendimentos mensais. Os negros representam 75,2% da parcela da população com os menores ganhos e apenas 27,7% dos 10% da população que tem os maiores rendimentos registrados pelo IBGE. Ao considerar o gênero na análise, as mulheres pretas ou par-

das recebem, em média, apenas 44% dos rendimentos dos homens brancos. Já os homens negros ganham 56,1% dos rendimentos de um homem branco. Segundo análises, a população branca recebe maiores rendimentos independentemente do nível de instrução. “Até entre quem possui nível superior completo, a população de cor ou raça branca recebe 45% a mais do que a renda média da população preta ou parda com o mesmo nível de formação”, afirma o analista de indicadores sociais do IBGE, João Hallak” (NITAHARA, 2019).

A desigualdade no mercado de trabalho tem reflexos também sobre as condições de moradia. Enquanto 27,9% das pessoas brancas vivem em domicílios sem ao menos um serviço de saneamento, a proporção sobe para 44,5% entre pretos e pardos. No indicador de adensamento domiciliar excessivo, quando mais de três pessoas dividem um mesmo dormitório, a proporção é de 7% dos pretos ou pardos e 3,6% dos brancos.

Os dados ainda mostram que em relação ao acesso à internet por pessoas entre 15 e 29 anos, 92,5% são brancos e 84,3% negros. A proporção sobre o uso do microcomputador para acessar a rede mundial, é de 61,6% entre brancos e 39,6% entre pretos e pardos². A estes números, soma-se o fato de que os negros são menos representados na mídia; têm baixíssima representação política no Congresso Nacional e nos lugares de poder e decisão; e ainda pagam proporcionalmente mais impostos, principalmente as mulheres negras³.

Mais do que dados estatísticos, estamos falando de pessoas, que têm raça/cor, gênero, orientação sexual, idade, localização regional e territorial. Que vivem, constroem planos de futuro, amam, lutam e resistem. E que podem ver tudo desabar, figurando apenas como mais um número na estatística de letalidade do Covid-19. Como mais um corpo inerte dentro de um caixão colocado em uma cova rasa, aberta por um trator, sem que a família tenha ao menos o direito de realizar o velório.

A maior taxa de letalidade das pessoas negras em tempos do novo coronavírus não é uma simples coincidência entre

¹ A informação reúne dados de diversas pesquisas, como a Síntese dos Indicadores Sociais, o Censo e, principalmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Contínua (PNAD Contínua) de 2018.

² Segundo o IBGE, ao somar negros (pretos e pardos) e brancos temos o correspondente a 99% da população brasileira. Amarelos e indígenas não têm representação estatística suficiente para serem considerados na análise amostral supracitada (NITAHARA, 2019).

³ O Brasil com baixa imunidade: balanço do orçamento geral da União de 2019. Brasília: INESC, 2020, p. 136.

pobreza e raça. Ela é fruto de uma perversidade histórica ativamente produzida que, no contexto de exacerbação do neoliberalismo e da crise sanitária, revela a imbricação entre raça, pobreza, saúde pública e Estado. O congelamento dos gastos públicos em saúde, educação e assistência contido na Emenda Constitucional 95/16⁴ é um bom exemplo de como essa perversidade faz parte da atual política de Estado e se realiza por meio da necropolítica⁵.

A pandemia do novo coronavírus e a crise sanitária que a acompanha têm sido um dos momentos em que o racismo e a desigualdade racial estão escancarados no Brasil e no mundo. Porém, como resultado da ambiguidade do racismo brasileiro e da persistência do mito da democracia racial em nosso imaginário, nas práticas sociais e na política, essa situação tem sido invisibilizada, desconsiderada e escamoteada pelos governos e e por uma parte da mídia⁶.

Diversas organizações do Movimento Negro denunciam o silenciamento do Estado, dos órgãos de saúde e dos veículos da grande mídia sobre os efeitos da pandemia do novo coronavírus na população negra e ajudam a comunidade negra a compreender os seus direitos em tempos de crise sanitária por meio de orientações e análises. Um grupo de 150 entidades representativas do movimento negro e de periferias do Brasil que compõem a [Coalizão Negra por Direitos](#) enviou uma carta ao ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta pedindo informações a respeito dos dados sobre etnia, raça, gênero e território de pessoas infectadas pelo [novo coronavírus](#) e mortas em decorrência da Covid-19. Essa ação resultou na publicização oficial dos primeiros dados com recorte racial sobre a doença, mas que logo abandonada e, até o presente momento, não temos nenhuma atualização dos dados referentes às pessoas negras contaminadas, aos óbitos, à recuperação e à cura da doença.

4 Dessa forma, independentemente das opções político-partidárias (e para além delas), é preciso que a sociedade civil brasileira tome consciência de que o plano econômico traduzido pela EC 95/2016 afronta o projeto político e constituinte de 1988, referendado nas últimas eleições presidenciais de 2014. A EC 95/2016 não foi, afinal, o projeto político e constitucional vencedor nestas últimas eleições. Um vice-presidente alçado à condição de presidente, por um *impeachment* ou um golpe, qualquer que seja a narrativa, não poderia impor agora um novo regime fiscal que represente, como a EC 95/2016 o faz, um projeto político constituinte diametralmente oposto ao de 1988, não vencedor nas urnas. Por conseguinte, além de suas inconstitucionalidades, infelizmente afastadas pelo Supremo Tribunal Federal no MS 34.448-MC/DF, a EC 95/2016 padece de legitimidade democrática, sendo ainda um projeto desastroso de solução de uma crise econômica, e aparentemente motivado para sabotar os avanços do país na implementação de um Estado de Bem Estar Social e de uma economia mais soberana e independente, outrora capaz de influenciar a consolidação de um projeto de autonomia de toda a América latina e de seus povos (MARIANO, 2017, p.278-279).

5 Segundo MBEMBE: (...)a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (p.123).

6 As redes sociais emancipatórias são os veículos da mídia que se mostram, nesse momento, como os principais canais de divulgação dos efeitos nefastos do racismo em tempos de pandemia.

Os dados revelados mostram que, embora minoritários entre os registros de afetados pela doença, pretos e pardos representam quase 1 em cada 4 dos brasileiros hospitalizados com Síndrome Respiratória Aguda Grave (23,1%), mas chegam a 1 em cada 3 entre os mortos por Covid-19 (32,8%). Importante lembrar que temos um número elevado de subnotificação dos casos e o Brasil não adotou os testes em massa, orientados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Embora tenham sido divulgados por alguns veículos da grande mídia e considerados alarmantes para alguns, os dados publicados não foram suficientes para provocar uma reação da sociedade, das autoridades sanitárias e do poder público no sentido de compreendê-los e construir ações de saúde, economia e justiça para reverter a situação. Pelo contrário, parece que o recorte de raça/cor (e podemos incluir gênero e orientação sexual) não é considerado importante para a construção de medidas de prevenção e de combate a pandemia, bem como para melhor compreender quais segmentos da população têm sido mais atingidos pela letalidade⁷.

QUEM É MAIS AFETADO PELA CRISE DO NOVO CORONAVÍRUS NO BRASIL?

Por que a morte decorrente do Covid-19 afeta mais a população negra (pretos e pardos)? A resposta está na perversa e histórica relação entre capitalismo, neoliberalismo e racismo que produz desigualdades eivadas de um grau de violência específico que incide de forma diferente sobre determinados coletivos sociais e étnico-raciais em nosso país.

Embora sejam fenômenos articulados, cada um pode atuar com maior ou menor contundência dependendo da situação, do local e dos sujeitos sobre os quais operam. Em outros momentos, incidem todos juntos deixando pouca saída para as suas vítimas. Isso significa que, mesmo que tenhamos brancos, indígenas e outros segmentos étnico-raciais, entre os pobres, quando analisamos o fato de os negros e as negras constituírem 56% da população brasileira e se localizarem majoritariamente em condições sub-humanas, desiguais e indignas de vida, compreenderemos porquê a letalidade atinge mais esses sujeitos do que outros em tempos de pandemia.

Essa relação e articulação de fenômenos perversos, cujas raízes datam do colonialismo e da escravidão, faz-se presente nos lugares historicamente ocupados pelos negros e negras, no Brasil. Esses sujeitos acabam se tornando, em tempos de Covid-19, um dos segmentos mais vulneráveis, com pouco

7 Em nota, ao final da publicação da CONEN (inserida nas referências bibliográficas) fazem um alerta: (...) importante destacar a inexistência de informações da imprensa tradicional brasileira, no noticiário internacional, sobre quem são os grupos e a população afetados pela COVID-19 em países como os Estados Unidos, França, Itália, Espanha e Reino Unido, países com maior número de casos da crise sanitária. Essa imprensa também não noticia a realidade e os dados do COVID-19 nos países do Continente Africano, da América Latina e do Caribe. Ignora as políticas na área de saúde em países como Cuba e Venezuela que inibem a expansão da pandemia do COVID-19 (CONEN, p.12,2020). Disponível em: http://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/cartilha-corona-conen_teste3-1.pdf

ou nenhum acesso às políticas de saúde pública e mais dependentes do apoio institucional nas situações de estado de calamidade pública decretadas pelos governos. Negras e negros estão entre o público mais exposto ao novo coronavírus devido a sua condição de pobreza, de desemprego, de trabalho informal, de localização em regiões periféricas, vilas e favelas sem saneamento básico, de precariedade de postos de trabalho e moradia, de maior necessidade do uso dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Também é a população negra e pobre aquela que apresenta dificuldade de acesso às medidas sanitárias, às informações adequadas, aos recursos financeiros para a compra de produtos de higienização, de garantia de uma vida saudável, com alimentação nutritiva que possa ajudá-la a adquirir imunidade não só aos ataques do Covid-19, mas também de outras doenças.

Importante destacar que a situação de pouco acesso ao direito à saúde incide sobre a população negra há anos. Como exemplo, lembremos dos surtos de dengue, chikungunya, sarampo pelos quais passaram e ainda passam a nossa sociedade nos últimos anos. Tudo isso cria um ambiente propício para a propagação do novo coronavírus gerando uma situação insustentável e de insegurança para essa grande parcela da população.

Ao constatarmos que negras e negros são maioria entre os pobres, a pergunta que não quer calar é: quais são as situações de vulnerabilidade e precariedade que lhes acometem? Para enxergá-las, é preciso desnaturalizar o nosso olhar de miopia social e racial produzida pelo mito da democracia racial. Segundo MARTINS (2020), as doenças não são entidades democráticas. Diante da pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS2- CoV2), a população negra, em sua diversidade, também é considerada como grupo de risco, obviamente com gradações internas, variando tanto por comorbidades que atingem negras e negros em maior número, caso da hipertensão e do diabetes e, principalmente, da anemia falciforme, ou mesmo pela letalidade social, motivada por questões históricas, políticas e sociais estruturantes de nossa sociedade.

As negras e os negros encontram-se, em sua grande maioria, entre os moradores e as moradoras das vilas, favelas e periferias, no contingente cada vez maior da população de rua, entre os desempregados, assalariados, funcionários da limpeza urbana, auxiliares de enfermagem, maqueiros, motoristas de ambulâncias, faxineiras, porteiros de prédios e condomínios, prestadores (as) de serviços, motoboys, motoristas de aplicativos, população carcerária, adolescentes e jovens em conflito com a lei, trabalhadoras domésticas e diaristas. São lugares ocupacionais e sociais construídos no contexto das desigualdades, marcados pelo passado escravista, pela ausência de políticas para inclusão da população negra na sociedade após a abolição da escravidão e pela exploração capitalista.

O fato de serem as mulheres negras a maioria dentre a categoria profissional das domésticas, bem como de profissões

como cabeleireiras, manicures, cuidadoras de idosos, babás, faxineiras e das pessoas que atuam no trabalho informal, exige que sobre elas se lance um olhar especial na busca da garantia do seu direito à vida digna e ao trabalho. Se o Auxílio Emergencial é uma política necessária para todos e todas diretamente afetados pela Covid-19, as mulheres negras demandam uma atenção do Estado ainda maior. Em tempos de isolamento social algumas dessas mulheres não têm nenhum rendimento. Muitos empregadores e empregadoras as dispensam e não adotam a medida justa e solidária de garantir-lhes o direito ao isolamento social juntamente com o seu salário. Trata-se de uma situação dramática para essas mulheres e suas famílias.

Os indígenas e quilombolas fazem parte dos grupos étnico-raciais com histórico específico: tradição, trabalho, cultura, territorialidade e ancestralidade são algumas das reivindicações da sua luta por direitos, como sujeitos políticos. Desde as eleições de 2018, as políticas voltadas para o reconhecimento das terras e territórios indígenas e quilombolas foram extintas. Os processos de reconhecimento, demarcação e titulação das suas terras têm sofrido fortes ataques do atual governo federal⁸.

Vários governos estaduais que já estavam de costas para essas comunidades faz um bom tempo, também não lhes garantem o direito necessário à saúde, nesse momento. Por isso mesmo, essas comunidades têm se apoiado mutuamente e coletivamente, com a ajuda de organizações políticas que lutam pelos seus direitos e contando com a solidariedade das pessoas justas. A maioria da esfera jurídica, infelizmente, muito pouco tem feito para reverter a situação de desigualdade, insegurança e violência por elas sofridas. Cabe reconhecer que o campo dos Direitos Humanos é que tem sido um dos fiéis parceiros dessas comunidades.

A tentativa de destruição dos direitos das comunidades quilombolas em curso é de tal crueldade que, no dia 27 de março de 2020, uma resolução do governo federal, publicada no Diário Oficial da União (DOU), [determinou a retirada das famílias do Quilombo de Alcântara](#), no Maranhão, com a finalidade de que seja utilizada para a ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Isso significará a remoção de pessoas em pleno momento de pandemia, crise sanitária e isolamento social?⁹

⁸ Importante lembrar da situação dos povos do campo que também são fortemente afetados pela pandemia do novo coronavírus. Cabe destacar a força de articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nesse momento. O MST tem dado um notável exemplo de apoio, solidariedade e democracia na distribuição e doação de alimentos sem agrotóxicos para as pessoas e comunidades afetadas pela pandemia. Além disso, realizam trabalhos junto com a Rede de Médicos Populares que têm contribuído para levar informações sobre a prevenção, contaminação, cuidados e tratamentos da doença à população pobre dos meios rurais e urbanos.

⁹ Movimentos sociais divulgaram uma nota de repúdio à remoção das comunidades quilombolas em Alcântara. Ao todo, 161 entidades assinam o documento, que anuncia a resistência da população. Ainda no documento, os quilombolas reforçam a disposição em resistir no território. “Não admitimos quaisquer possibilidades de deslocamen-

Se o isolamento social e as medidas de higienização são as duas principais apostas da OMS no processo de cuidado e de não contaminação, até que se produza a vacina, quando refletimos sobre a junção entre pobreza, trabalho precário, desemprego, trabalho informal, trabalho doméstico, encarceramento em massa – frutos da articulação nefasta entre desigualdade socioeconômica e racial – compreendemos a dificuldade (e a impossibilidade) dos pobres e das pessoas negras e pobres em atender as orientações da OMS.

Todos os dados e constatações aqui expostos, no contexto da Covid-19, tornam a situação das pessoas pobres de um modo geral, e das negras e negros pobres, em particular, de uma vulnerabilidade incalculável. Por isso, rapidamente a contaminação se propaga, levando-as à internação (quando conseguem) e, fatalmente, ao óbito. Adultos, crianças, adolescentes, jovens e velhos deixam de ser pessoas humanas e se transformam em números das estatísticas que confirmam o alto índice de letalidade da população negra.

Além das várias questões aqui apresentadas, a letalidade também tem a ver com a ausência e saturação dos leitos dos hospitais públicos, muitos dos quais têm os seus profissionais obrigados a atender aos doentes sem os necessários Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), o que coloca em risco toda a equipe da saúde, os doentes e demais pessoas que atuam nesses estabelecimentos. Além disso, a pouca quantidade de respiradores no país afeta de forma dramática o sistema público de saúde e não a rede privada. Essa última, inclusive, tem silenciado sobre as suas condições de funcionamento. Várias instituições de saúde privada rejeitam atender pacientes do SUS nesse momento de pandemia, exigindo a intervenção do Estado e denúncias dos órgãos de Direitos Humanos.

Observa-se que, quando a perversidade da imbricação entre capitalismo, racismo e desigualdade opera em momentos específicos da nossa história, como é o caso das pandemias, a tensão entre público e privado na área da saúde e da economia se exacerba e não vemos nem o juramento de Hipócrates e nem o código de ética da medicina atuarem.

Parece ser impossível não enxergar a cor da pandemia do novo coronavírus. Mas a invisibilização racial provocada pelo racismo estrutural e pelo mito da democracia racial, juntamente com o egoísmo das elites econômicas e políticas e a lógica privada do capitalismo aguçam ainda mais a naturalização da desigualdade racial e socioeconômica em tempos de Covid-19. O Estado, que pratica a necropolítica, e a sociedade egoísta não se importam com essas vidas. Para eles, a morte em situações precárias será sempre o destino da população negra e das pessoas pobres.

O QUE SIGNIFICA LUTAR CONTRA O NOVO CORONAVÍRUS NUMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA E DEMOCRÁTICA?

Lutar contra a crise do novo coronavírus, numa perspectiva antirracista, é lutar contra o racismo, o cinismo social, o capitalismo, o neoliberalismo e a necropolítica. É afirmar de forma contundente que exigimos a volta da normalidade democrática e do Estado Democrático e de Direito.

O Movimento Negro, nesse momento de crise, tem atuado na denúncia do racismo e da desigualdade racial em tempos de pandemia. E as populações das vilas, favelas e periferias têm se organizado por meio de trabalhos comunitários e solidários. Uma outra parcela da população tem atuado nas ações de voluntariado para ajudar a população sofrida em tempos de Covid-19, já que o governo federal não cumpre devidamente o seu papel, os governos estaduais e municipais encontram-se com poucos recursos e aqueles que se colocam a favor das medidas de isolamento social sofrem boicotes tanto do governo federal quanto das elites empresariais e dos setores conservadores.

Os tempos de retrocessos democráticos instaurados desde o golpe parlamentar de 2016, que resultou no impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, são marcados por fatos aterrorizantes que vão desde a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, da Reforma da Previdência, ataques aos direitos conquistados pelas trabalhadoras e trabalhadores desde os anos 30 do século XX, passando pelo ataque às universidades até o total descaso diante do aumento da pobreza e da volta do Brasil ao Mapa da Fome.

Esse contexto configura-se em um terreno propício para a proliferação do Covid-19 e a morte das pessoas em situação de maior desigualdade e pobreza. A inexistência das políticas de igualdade racial, via sucateamento e despolitização da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), cujas ações e destinação orçamentária são quase inexistentes no atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos nos impede de encontrar caminhos institucionais para a luta contra o racismo e a desigualdade racial em tempos de pandemia. As políticas de igualdade racial, tão necessárias para garantir o direito das negras e dos negros em tempos de novo coronavírus, inexistem no contexto atual. Isso faz com que os dados preliminares divulgados sobre raça/cor, durante a pandemia, não recebam a devida atenção do Estado.

Se estivéssemos em tempos democráticos, a discussão sobre raça e novo coronavírus seria considerada não só uma questão de saúde, mas, principalmente, de Estado. Isso implicaria na condução política do governo federal, com a ação central do Ministério da Saúde em parceria com a SEPPIR e demais secretarias do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos e todas as outras pastas ministeriais para o enfrentamento da pandemia. E, dentre as ações desenvolvidas, certamente o reforço e aprimoramento

tos e reafirmamos nossa irrestrita e ampla defesa das comunidades quilombolas de Alcântara no direito de permanecer no seu território tradicional na sua inteireza e plenitude. Acionaremos todos os meios e medidas possíveis para resguardá-las." (<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/remocao-de-quilombolas-no-maranhao-e-ilegal-diz-nota-assinada-por-161-entidades>) Acesso em 30/04/2020.

da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra seria uma medida tomada¹⁰.

No atual momento de tentativa da extrema direita de destruição do Estado Democrático para instaurar um Estado Autoritário, regido pelo mercado capitalista e não pelos direitos, assistimos a total omissão do Estado brasileiro. Atônitos, ouvimos depoimentos e pronunciamentos oficiais desrespeitosos e inescrupulosos do atual chefe de Estado e de vários governadores e prefeitos. Importante destacar que exceções existem. Há gestores públicos estaduais e municipais realizando um trabalho sério de proteção dos direitos e da vida das pessoas, por meio de decretos que instituem oficialmente o isolamento social, da compra dos EPIs, de respiradores artificiais, da construção de centros de atendimento e de hospitais de campanha, da distribuição gratuita de máscaras e de cestas básicas e de auxílios financeiros emergenciais específicos. Contudo, acompanhando as notícias da mídia e denúncias de vários governadores, governadora e prefeitos, muitos não têm recebido o apoio devido e os recursos públicos federais necessários para o enfrentamento de uma pandemia.

NOVOS ACONTECIMENTOS: PANDEMIA E PROTESTOS RACIAIS

A postura de descaso com a morte e o sofrimento da população negra é uma ação cotidiana da necropolítica e pode ser vista não só no Brasil, mas, também, em outros lugares do mundo. Os EUA, cujo governo e posturas de Donald Trump inspiram o atual presidente brasileiro, são um exemplo. A situação de racismo e desigualdade racial vivida pelos negros e negras estadunidenses virou notícia internacional devido ao assassinato a sangue frio, em Minneapolis, na quinta-feira, 28 de maio de 2020, do segurança negro George Floyd por um policial branco. Filmado e divulgado internacionalmente, o crime desencadeou uma série de protestos antirracistas congregando negros, brancos e latinos, assim como análises e discussões na mídia nacional e internacional sobre o ocorrido. Os negros estadunidenses e brasileiros, apesar de viverem em contextos muito distintos, partilham na sua trajetória de uma história de escravização, luta por libertação e vivência do racismo estrutural. O descaso do Estado com a saúde pública é também um ponto comum vivido pela população negra e pobre de ambos países, resultando em altas taxas de letalidade por Covid-19, nesses tempos de pandemia.

No Brasil, no mesmo momento dos protestos antirracistas nos EUA, começam a se desenhar atos de rua das torcidas organizadas, dos setores progressistas, de grupos populares

e de movimentos sociais diante dos horrores da política de extrema direita implementada a partir de 2019 e os ataques fascistas à democracia.

Nos EUA, embora os protestos tenham também uma bandeira antifascista, é o antirracismo o carro chefe da mobilização de rua e foi a população negra a primeira a ganhar as ruas, revidando com rigidez a opressão racial sofrida, seguida dos brancos e latinos, o que causou espanto aos setores conservadores e à extrema direita naquele país e ao mundo.

No Brasil, embora todas as estatísticas apontem para o genocídio da juventude negra e atos bárbaros como a morte do adolescente negro João Pedro, no dia 18 de maio de 2020, assassinado com um tiro pelas costas durante uma operação da Polícia Civil e da Polícia Federal no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (RJ); a morte de Cláudia Silva Ferreira, mulher negra, morta por conta de um dos disparos da polícia, no Morro da Cegonha, em Madureira, no Subúrbio do Rio e que teve o corpo arrastado por 350 metros por um carro da PM, no dia 16/03/2014, não provocam espanto. São muitos casos alarmantes de assassinato de negras e negros, de extermínio pela polícia, pelas milícias, pelo tráfico, por mortes letais.

Parte da branquitude brasileira assiste horrorizada a realidade do racismo estadunidense explicitado pela mídia, porém, há décadas o Movimento Negro denuncia o racismo brasileiro e a sua relação com a violência do Estado. Contudo, a sua voz tem sido interpretada, de maneira perversa e equivocada, por setores tanto da esquerda, quanto da direita como tentativa de dividir racialmente a República. No campo progressista, sempre que militantes negros denunciam o racismo, ouvem como resposta a enfadonha afirmação de que negros e negras são discriminados porque são pobres e não porque são negros. O eterno falso problema da questão raça e classe. A vida e a prática de um grupo restrito de pessoas negras brasileiras que alcançaram altos patamares econômicos, educacionais e/ou sociais, mas que o racismo continua exercendo função sobre elas, atesta o quanto a questão da classe se torna secundária quando o racismo opera.

As manifestações antirracistas e antifascistas, nos EUA e no mundo, que mostraram ser possível todos nos unirmos contra o racismo ficam como exemplo ao Brasil e a sua inércia diante de um quadro semelhante com o qual convivemos desde a escravidão. Quem sabe, esse constrangimento traga alguma inflexão política na letargia dos setores mais progressistas diante desse histórico e perverso fenômeno. Digo isso, porque da extrema direita nada pode ser esperado.

Porém, estamos em tempos pandemia do novo coronavírus no mundo. E continua a aumentar a expansão exacerbada do Covid-19, no Brasil, com a ausência de condução do Ministério da Saúde e a estratégia covarde do Governo Federal de minimizar a crise sanitária e de cerceamento da divulgação dos dados nacionais sobre a pandemia. Tudo isso se torna um terreno propício para o aumento das taxas de letalidade da população pobre, negra, indígena e quilombola, no Brasil.

¹⁰ Movimentos sociais divulgaram uma nota de repúdio à remoção das comunidades quilombolas em Alcântara. Ao todo, 161 entidades assinam o documento, que anuncia a resistência da população. Ainda no documento, os quilombolas reforçam a disposição em resistir no território. “Não admitimos quaisquer possibilidades de deslocamentos e reafirmamos nossa irrestrita e ampla defesa das comunidades quilombolas de Alcântara no direito de permanecer no seu território tradicional na sua inteireza e plenitude. Acionaremos todos os meios e medidas possíveis para resguardá-las.” (<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/remocao-de-quilombolas-no-maranhao-e-ilegal-diz-nota-assinada-por-161-entidades>) Acesso em 30/04/2020.

Acompanhada da invenção de uma flexibilização vertical, cnicamente pregada pelo presidente e seus asseclas, reivindicada pelo mercado e por uma parte da população que precisa trabalhar para sobreviver e teme, ao mesmo tempo, o desemprego, a fome e a morte, as manifestações de rua antirracistas, inspiradas pelo lema “vida negras importam”, no Brasil, impulsionam as pessoas a saírem às ruas para protestar contra o fascismo, o racismo e pela retomada democrática. Contudo, do ponto de vista da saúde pública, a aglomeração nas ruas, por mais justa que seja a bandeira de luta empunhada, poderá piorar ainda mais o quadro, levando o país a uma crise sanitária e econômica sem precedentes no mundo. No contexto de uma desigualdade social e racial intensas, de desgoverno, da insegurança, de aumento do desemprego e da pobreza, os justos atos de rua podem levar a uma maior contaminação. Nesse contexto, negros e negras pobres, certamente, serão os mais afetados. Diferentemente da classe média, majoritariamente branca, que também participa dos protestos e têm planos de saúde privados e condições de vida e sanitária dignas, as pessoas negras voltam para as periferias, vilas e favelas e disputam espaço no tratamento do SUS.

Sabendo-se que é impossível evitar a contaminação em situações de aglomeração e, ao mesmo tempo, que a situação social e política exige que se torne pública a indignação nacional diante dos ataques à democracia, a organização dos protestos de rua, em tempos de pandemia, deverá orientar os manifestantes sobre o uso da máscara facial e do álcool em gel, instruí-los a manter a distância social necessária de acordo com as orientações sanitárias, protegê-los dos possíveis infiltrados políticos cujo objetivo é causar tumulto e confusão e alertá-los sobre a atuação violenta da polícia que pode proteger as passeatas da extrema direita e penalizar aquelas realizadas pelos segmentos progressistas. Trata-se do desafio de zelar pela vida e, ao mesmo tempo, agir politicamente diante da perversa imbricação entre pandemia, racismo, fascismo e necropolítica. Somos desafiados a mobilizar a nossa justa ira, nos dizeres de Paulo Freire, e ao mesmo tempo cuidar uns dos outros.

Coronavírus e racismo são, portanto, difíceis de ser combatidos em um quadro de desigualdades, de desgoverno, de extrema direita e de ascensão dos ideais fascistas. Ambos são armas mortíferas. Podem até indignar, mas ainda não retiraram o Brasil da inércia racial.

Como diz o rapper Emicida “Porque um corpo preto morto é tipo os hit das parada, todo mundo vê, mas essa porra não diz nada”.

FINALIZANDO

A pandemia revela que precisamos cada vez mais de um Sistema Único de Saúde (SUS) forte e da efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. E necessitamos da maior presença do Estado na garantia do direito à vida da população. Caso contrário, o genocídio da população negra será a resposta do Estado a decisão sobre quem vive e

quem morre de Covid-19, configurando-se abertamente os desígnios da necropolítica.

A ausência dos testes padronizados em massa, a subnotificação, a não explicitação nacional, estadual e local do recorte de raça/cor e gênero das pessoas contaminadas, dos óbitos e daquelas que conseguiram se recuperar, impedem-nos de pensar de maneira mais concreta e justa as iniciativas institucionais, políticas e econômicas pós-pandemia para todos e todas. E impedem-nos de construir políticas, programas, ações, planos de recuperação da economia, da saúde e da educação efetivamente democráticos, equânimes e justos para toda a população brasileira.

Repito o que tenho dito há anos: o caráter estrutural e estruturante da raça em nossa história social, política, econômica, cultural e educacional é de tal ordem que, ao considerarmos o seu peso na produção das desigualdades e na imbricação com o capitalismo, conseguimos refletir sobre os principais dilemas do Brasil e apontar caminhos mais democráticos para a nação.

No momento atual, além de considerar a raça é preciso mais uma outra ação em prol da retomada da normalidade democrática e enfrentamento do novo coronavírus: temos que derrotar a extrema direita, mudar a configuração de forças no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, eleger candidatas e candidatos de pensamento progressista nos municípios, estados, DF e no executivo federal. Tudo isso mediante a articulação, diálogo, negociação e escuta atenta aos movimentos sociais e demais forças sociais emancipatórias da sociedade, às redes de solidariedade e aos movimentos contra-hegemônicos ao capitalismo internacional, construídos antes da pandemia e que necessitam ser rearticulados em nível nacional e internacional nesse momento de combate ao Covid-19.

REFERÊNCIAS

- MARTINS, Pedro. População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas. *Abrasco*, 2020. (Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raziais-ainda-mais-expostas/46338/>). Acesso em 02/05/2020.
- CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras. *Covid-19: salvar vidas e garantir direitos da população negra*. 2020, (mimeog).
- MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 4, n. 1, p. 259-281, jan.- abr. 2017, Curitiba. (Acesso em 28/03/2020).
- MBEMBE, Achille. Temáticas. Necropolítica: biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaio*. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez, 2016, p. 123-151.
- NITAHARA, Akemi. Negros são maioria entre desocupados e trabalhadores informais no país. Levantamento do IBGE reúne dados de diversas pesquisas. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2019. (Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadores-informais-no-pais>). Acesso em 02/05/2020.
- INESC. Brasil com baixa imunidade. Balanço do Orçamento Geral da União 2019. 2020, p. 136. Disponível em <https://www.inesc.org.br/obra-silcombaixaimunidade/>.

AUTORA

Nilma Lino Gomes é Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-doutora em Sociologia (Universidade de Coimbra) e em Educação (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar). Doutora em Antropologia Social (Universidade de São Paulo - USP). Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas (NERA/CNPq) e membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.

FICHA TÉCNICA

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 • São Paulo • SP • Brasil

Responsáveis:

Christoph Heuser, Representante, FES-Brasil
Willian Habermann, Coordenador de programas
www.fes-brasil.org

Contato:

fesbrasil@fes.org.br

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

A QUESTÃO RACIAL E O NOVO CORONAVÍRUS NO BRASIL



O Brasil é um país ao mesmo tempo diverso e profundamente desigual. Essa diversidade não é somente cultural e nem a desigualdade apenas socioeconômica e em momentos de crise, as desigualdades estruturais históricas destacam-se ainda mais e afetam segmentos sociais e étnico-raciais que constroem as suas vidas em meio a injustiças e violências.



A pandemia do novo coronavírus tem sido um dos momentos em que o racismo e a desigualdade racial estão escancarados no Brasil e no mundo. Porém, como resultado da ambiguidade do racismo brasileiro e da persistência do mito da democracia racial em nosso imaginário, nas práticas sociais e na política, essa situação tem sido invisibilizada, desconsiderada e escamoteada pelos governos e pela mídia.



Lutar contra a crise do novo coronavírus, numa perspectiva antirracista, é lutar contra o racismo, o cinismo social, o capitalismo, o neoliberalismo e a necropolítica. O caráter estrutural e estruturante da raça em nossa história social, política, econômica, cultural e educacional é de tal ordem que, ao considerarmos o seu peso na produção das desigualdades e na imbricação com o capitalismo, conseguimos refletir sobre os principais dilemas do Brasil e apontar caminhos mais democráticos para a nação.

Para mais informações sobre o tema, acesse:
www.fes-brasil.org